



PROJETO CASTANHA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Estado do Amapá

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Indústria,
Comércio e Mineração do Estado

CONTATO:
Janete Maria Góes Capiberibe

ENDEREÇO:
R. Raimundo Álvares da Costa, 18
Macapá, AP
Cep 68925-020
(96) 212-5400

Da Amazônia para o mundo

PROJETO CASTANHA

No Amapá, cooperativas eliminam a exploração dos castanheiros e criam uma forma de desenvolver a região sem prejudicar a floresta

Na Amazônia, grande parte da população depende do extrativismo, comercializando os produtos da mata para conseguir o próprio sustento. A riqueza da floresta, porém, contrasta com a pobreza em que se encontra essa população. No sul do Amapá, por exemplo, a situação dos trabalhadores que vivem da coleta de castanha-do-brasil (também chamada de castanha-do-pará e castanha-da-amazônia) é de extrema penúria, agravada pelo processo produtivo conhecido como aviamento.

O processo é simples: um atravessador fornece ao trabalhador que vai para a mata os mantimentos e utensílios necessários à reali-

zação do seu trabalho (facões, botas, querosene, óleo, sal, açúcar, farinha, etc.). Depois, este mesmo atravessador compra, a preços ínfimos, toda a produção retirada da floresta. Além de pagar pouco pela castanha, ele cobra muito pelas mercadorias que fornece, levando o extrativista a entrar em um círculo vicioso de dívidas, numa espécie de “escravidão branca”. Há alguns anos, por exemplo, era comum no município de Laranjal do Jarí o castanheiro trocar vários quilos de castanha por uma lata de leite em pó. Enquanto exploram os castanheiros, porém, os atravessadores também são explorados, porque o comércio de produtos da floresta é extremamente concentrado, com a formação de cartéis e de monopólios.

Por intermédio do Projeto Castanha, o governo estadual do Amapá está criando uma nova lógica produtiva para a região, baseada na oferta de infra-estrutura para que o castanheiro possa agregar valor ao seu produto. Dessa forma, tais trabalhadores podem romper o ciclo de dependência em relação ao sistema de aviamento e aos empregos gerados pelos megaprojetos que se instalaram na região a partir da década de 70.



AS MIL E UMA UTILIDADES DA CASTANHA

O Projeto começou a funcionar em janeiro de 1995, com o objetivo de gerar emprego e renda, valorizar os produtos da floresta, combater a pobreza, evitar o êxodo rural e promover a cidadania dos povos tradicionais da Amazônia. Um primeiro passo foi a doação, por parte do governo, de um barco para realizar o transporte das castanhas. Também foi firmado um acordo para que o poder público comprasse toda a produção dos castanheiros, a fim de utilizá-la na merenda escolar. Inicialmente, o Estado também financiou o avia-

A COOPERATIVA TROUXE VANTAGENS MESMO PARA OS NÃO-COOPERADOS, QUE AGORA JÁ NÃO PRECISAM VENDER A CASTANHA PARA OS ATRAVESSADORES

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA E DO PREÇO
PAGO POR ATRAVESSADORES E PELA COMAJA
(PREÇO MÉDIO POR HECTOLITRO EM R\$)

Ano	Produção (em hectolitros)	Atravessador	Cooperativa
1995	500	6,00	15,00
1996	1000	16,50	21,50
1997	2000	27,50	30,00
1998	1000	50,00	50,00
1999	2500	20,00	35,00
2000	10000	22,50	35,00

mento, mas hoje em dia os próprios castanheiros captam recursos junto a fundos rurais para financiar suas atividades.

O funcionamento do Projeto Castanha, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), baseia-se no trabalho associativista. O castanheiro vende seu produto para uma cooperativa, que verticaliza a produção da castanha e de seus subprodutos. Ao invés de vender a castanha *in natura* (ainda dentro da casca) as cooperativas vendem-

nas prontas para o consumo (desidratadas e embaladas para exportação), além de diversos derivados, como biscoitos, farinha, paçoca e óleo (com o qual se produz uma vasta gama de cosméticos). A nova organização do trabalho

aumentou significativamente a renda dos castanheiros, mesmo dos não cooperados, que podem vender sua produção para a cooperativa por preços superiores aos pagos pelo atravessador.

Para viabilizar essa estratégia, o governo estadual, por intermédio do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá (IEPA), ajuda na verticalização da produção da castanha, desenvolvendo novos produtos e processos de padronização e controle de qualidade. Fórmulas para a produção de xampus e cremes derivados da castanha foram desenvolvidas pelo Instituto, bem como a receita para os biscoitos de castanha e uma série de estudos para aumentar a produtividade da extração do óleo dessa amêndoa.

As pesquisas resultaram também num acordo com uma empresa francesa, visando a aumentar a eficiência na extração do óleo e a melhorar a qualidade da farinha. O azeite de castanha conta com certificação de produto orgânico e se destaca pela presença de selênio, substância que ajuda a prevenir os males associados ao envelhecimento. A receita proporcionada pelas patentes desses produtos forma um fundo de investimentos para as comunidades e para a continuidade das pesquisas.



EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cada uma das cooperativas se especializou em uma fase da cadeia produtiva. A Cooperativa Mista dos Produtores e Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COMAJA) faz o trabalho de retirar a semente do fruto, desidratar a castanha, embalar para exportação e

moer as sementes de menor tamanho para produção de farinha. A Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU), por sua vez, produz o biscoito e extrai o óleo. Além dessas duas cooperativas, há também a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá (ATEXMA).

O Projeto envolve ainda uma grande cooperação entre os órgãos do governo estadual, a começar pelo IEPA, responsável não apenas pelo apoio tecnológico como também pela assessoria em *marketing* e pelo desenvolvimento de uma identidade visual para os produtos. A Secretaria de Educação compra a produção de biscoitos e de farinha da castanha para complementar a merenda escolar.

Tal articulação é um dos fatores responsáveis pelos muitos resultados apresentados pela experiência. Graças a um aporte de recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), foi construída uma fábrica de biscoitos de castanha na sede da COMARU. A COMAJA também recebeu um repasse do PPG7, para adquirir maquiná-

rio e melhorar suas instalações, o que aumentou a produtividade do beneficiamento da castanha-do-brasil.

Com o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, as cooperativas desenvolveram novos produtos e diversificaram a carteira de clientes, reduzindo a dependência em relação ao governo estadual, que hoje responde apenas por metade do seu fatura-

mento. Uma fatia cada vez maior da produção destina-se para outras regiões do país e para o mercado internacional. As cooperativas estão produzindo mais, vendendo mais e conseguindo preços cada vez melhores.

Além da geração de emprego e renda, a mobilização social iniciada pelo trabalho associativo fez com que as comunidades de castanheiros se organizassem, fortalecendo-se para apresentar suas demandas aos governos estadual e municipal e às empresas da região. Animado com esse desempenho, o governo do Amapá utiliza a mesma metodologia do Projeto Castanha para desenvolver a comercialização de outros produtos da Amazônia, como açaí, mel, camarão, palmito, produtos fitoterápicos, óleos vegetais e artesanato de madeira. A floresta começa a representar uma alternativa viável para o desenvolvimento local, sem que seja preciso derrubá-la.

O governo do Amapá utiliza a mesma metodologia do Projeto Castanha para desenvolver a comercialização de outros produtos da Amazônia